

DE ACORDO COM O EDITAL Nº. 001 DE 05/05/2026

BURITICUPU-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU - MARANHÃO

PROF. DE EDUCAÇÃO INFANTIL

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Aspectos históricos, geográficos e socioculturais de Buriticupu - MA
- ▶ Fundamentos da Educação
- ▶ Conhecimentos Específicos



BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA

AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





BURITICUPU-MA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BURITICUPU - MARANHÃO

PROF. DE EDUCAÇÃO INFANTIL

EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº. 001 DE
05/05/2026

CÓD: OP-041MA-26
7908403593330

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de textos	9
2. Textualidade: coesão e coerência	10
3. Tipologias e gêneros textuais.....	11
4. Variação Linguística.....	12
5. Criação lexical e os processos de formação de palavras.....	13
6. Classes de palavras	14
7. Sintaxe do período simples; Sintaxe do período composto: coordenação; subordinação: orações subordinadas adverbiais.....	22
8. Sintaxe das relações: concordância nominal e verbal.....	23
9. Regência nominal e verbal.....	25
10. Figuras de linguagem	26
11. Emprego do acento grave	29
12. A semântica da frase: denotação, conotação, sinonímia, antonímia, homonímia, paronímia, polissemia e ambiguidade.	30
13. Pontuação.....	31
14. Ortografia.....	32
15. Regras de acentuação.....	32

Matemática

1. Raciocínio Lógico - Quantitativo (Estruturas lógicas; Lógica de argumentação. Diagramas lógicos. Situações-problema) .	45
2. Sistema de Numeração Decimal	56
3. Números inteiros: operações, propriedades e problemas. Números racionais: operações, propriedades e problemas. Números Reais: operações e propriedades	57
4. Múltiplos e divisores.....	64
5. Máximo Divisor Comum e Mínimo Múltiplo Comum. Problemas	65
6. Grandezas proporcionais: razões e proporções	66
7. Divisão proporcional.....	67
8. Regra de três (simples e composta).....	70
9. Porcentagem.....	72
10. Juros simples.....	73
11. Sistemas de Medidas decimais e não decimais	75
12. Cálculo Algébrico: Expressões Algébricas, Operações, Fatoração.....	77
13. Frações Algébricas	81
14. Equações e Inequações do 1º do 2º Grau.....	83
15. Sistemas de Equações do 1º do 2º Grau	87
16. Função, domínio e imagem, gráfico, raízes, crescimento, composição e inversão. Funções do 1º e 2º graus: conceito, gráfico e propriedades. Funções exponencial e logarítmica: conceito, gráfico, propriedades	90
17. Análise Combinatória: Princípio Fundamental da Contagem. Arranjos, Combinações e Permutações Simples e com Repetição	107
18. Probabilidade: Conceito e Cálculo. Adição e Multiplicação de Probabilidades. Dependência de Eventos.....	110
19. Progressões: Progressões Aritmética e Geométrica com seus conceitos, propriedades e adição e multiplicação de termos.....	113

ÍNDICE

20. Sistemas lineares: resolução e discussão.....	118
21. Geometria Euclidiana Plana: Conceitos primitivos. Ângulos. Triângulos. Quadriláteros, Polígonos e Circunferência. Teorema de Tales. Semelhança de triângulos. Relações métricas no triângulo retângulo. Razões trigonométricas num triângulo retângulo. Áreas de figuras planas poligonais e circulares.....	128
22. Geometria Espacial: Cálculo de Superfície e volume dos principais Sólidos Geométricos.....	142
23. Noções de Estatística: Médias, Distribuição de Frequências e Gráficos.....	144

Noções de Informática

1. Computadores: conceitos básicos, utilização, tipos, conectores e componentes (hardware e software).....	161
2. Sistema operacional: noções básicas, gerenciamento de dispositivos, processos, memórias e armazenamento, arquivos e diretórios, usuários, utilização e interfaces, configurações e ferramentas do sistema operacional Windows 11.....	163
3. Suítes de aplicativos (Microsoft Office 365): editores de textos, planilhas e apresentações.....	169
4. Redes de computadores: conceitos básicos, redes cabeadas e wireless, serviços, protocolos, aplicativos.....	179
5. Internet: navegadores (Microsoft Edge e Google Chrome); mecanismos de buscas, acesso e compartilhamento de dados e recursos.....	188
6. Aplicativos de correio eletrônico.....	196
7. Outras ferramentas de comunicação (WhatsApp, Telegram e Google Meet) e redes sociais.....	197
8. Computação em nuvem (cloud computing).....	200
9. Aplicativos Web: Gmail, Agenda, Mapas, Meet, Chat, Drive, Documentos, Planilhas, Apresentações e Formulários.....	201
10. Segurança da Informação: noções de malwares, ferramentas de segurança, procedimentos de segurança, tipos de ataques.....	214
11. Backup.....	215
12. Inteligência Artificial: noções de uso e aplicações.....	216

Aspectos históricos, geográficos e socioculturais de Buri- ticipu – MA

1. Homepage oficial do município; Enciclopédia dos Municípios Maranhenses, publicação do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográfico – IMESC; Projeto Pioneiro de Colonização da Companhia Maranhense de Colonização (COMARCO).....	223
2. Lei Estadual MA 6.162/1994 – Lei de Criação do Município.....	228

Fundamentos da Educação

1. Paradigmas Educacionais/Tendências Pedagógicas	231
2. A função Social da Escola	233
3. O projeto Político-Pedagógico da Escola	234
4. Currículo Escolar, Planejamento e avaliação	236
5. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 e suas alterações	238
6. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e africana	258
7. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	259
8. Estatuto da criança e do adolescente – Lei Federal nº 8.069/90 artigo 53 a 59 e 136 a 137	260
9. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Concepção de criança, educar e cuidar, objetivos gerais da educação infantil	262
10. Formação e valorização do professor	264
11. Educação especial/Atendimento Educacional Especializado	266
12. Educação de Jovens e adultos	272
13. Gestão democrática da educação	274

Conhecimentos Específicos Prof. de Educação Infantil

1. A Escola, o Currículo e a Diversidade	283
2. A construção das ideias e práticas na Educação Infantil	284
3. A Educação Infantil europeia no século XX	286
4. Concepções Teórico-práticas do processo de letramento e de alfabetização	289
5. A criança e o Movimento: desenvolvimento das capacidades expressivas e instrumentais do movimento	291
6. A Música na Educação Infantil: comunicação e expressão por meio da linguagem musical	293
7. O Trabalho com as Artes Visuais na Educação Infantil: o fazer artístico e apreciação em artes visuais	295
8. Modalidades organizativas dos conteúdos e Avaliação em Educação Infantil	297
9. A rotina na educação infantil	299
10. A Criança e a Linguagem: falar e escutar; práticas de leitura; práticas de escrita e orientações didáticas	302
11. A Criança, a Natureza e a Sociedade: organização dos grupos e seu modo de ser, viver e trabalhar; os lugares e suas paisagens; objetos e processos de transformação; os seres vivos; os fenômenos da natureza e orientações didáticas	304
12. A Criança e a Matemática: números e sistema de numeração; grandezas e medidas; espaço e forma	307
13. BNCC - Educação Infantil	309

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

A compreensão interpretativa é uma etapa avançada da leitura, na qual o leitor não se limita a decodificar palavras ou identificar informações explícitas no texto, mas também busca interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre afirmações factuais e opiniões. Essa capacidade de interpretar um texto em níveis mais profundos é essencial para o desenvolvimento de uma leitura crítica e para a formação de leitores autônomos e reflexivos.

A interpretação vai além do óbvio, exigindo que o leitor se envolva com o texto, compreendendo as entrelinhas, reconhecendo os pontos de vista do autor e sendo capaz de avaliar a validade das informações apresentadas.

► Propósito do Autor

Um dos aspectos centrais da compreensão interpretativa é a identificação do propósito do autor. Para compreender o texto em profundidade, é essencial que o leitor seja capaz de reconhecer por que o autor o escreveu e qual é sua intenção principal. O propósito de um texto pode variar consideravelmente: o autor pode querer informar, persuadir, entreter, explicar, criticar, ou até mesmo provocar reflexões e debates sobre temas complexos. Identificar esse propósito é importante porque ele orienta a maneira como o leitor interpreta o conteúdo e reage às informações apresentadas.

Quando o propósito do autor é informar, ele busca transmitir conhecimentos ou dados de maneira objetiva, sem, em princípio, tentar influenciar a opinião do leitor. Textos jornalísticos, científicos e relatórios são exemplos típicos desse tipo de intenção. Já em textos cujo objetivo é persuadir, o autor tenta convencer o leitor a adotar uma determinada postura ou ideia, utilizando argumentos, retórica e técnicas de persuasão. É o caso, por exemplo, de artigos de opinião, editoriais e propagandas. Quando o texto busca entreter, a intenção do autor é envolver o leitor por meio de histórias, emoções ou humor, como ocorre na literatura de ficção, no teatro e nas narrativas humorísticas.

Reconhecer o propósito do autor é fundamental porque, ao fazer isso, o leitor pode ajustar sua interpretação para captar melhor as intenções por trás do discurso. Isso o ajuda a compreender as escolhas linguísticas, o tom e a organização do texto. Por exemplo, em um artigo persuasivo, o autor pode selecionar dados e argumentos que favoreçam seu ponto de vista, enquanto, em um texto informativo, ele deve se ater a uma apresentação mais equilibrada dos fatos. Assim, a clareza quanto ao propósito do autor aprimora a leitura crítica e permite que o leitor avalie o texto com maior precisão.

► Informações Implícitas

Outro aspecto essencial da compreensão interpretativa é a habilidade de identificar informações implícitas no texto. Informações implícitas são aquelas que não estão declaradas de forma explícita, mas que podem ser inferidas pelo leitor com base no contexto, na estrutura textual e nos indícios linguísticos. Para interpretar corretamente essas informações, o leitor precisa “ler nas entrelinhas”, isto é, captar significados que vão além das palavras ditas ou escritas.

Muitas vezes, os autores não expõem todas as informações diretamente, deixando que o leitor faça deduções a partir do que foi apresentado. Esse tipo de comunicação é comum em textos literários, mas também pode ocorrer em textos argumentativos, jornalísticos e outros gêneros.

Por exemplo, em uma narrativa literária, um autor pode descrever a expressão de um personagem ou a ambientação de uma cena sem revelar diretamente seus sentimentos ou intenções, deixando que o leitor faça a inferência sobre o estado emocional ou as motivações do personagem. Em textos de opinião, o autor pode sugerir, de forma indireta, sua visão sobre um assunto sem afirmá-la de modo explícito, utilizando uma escolha de palavras ou uma estrutura argumentativa que conduza o leitor a uma conclusão.

Identificar essas informações implícitas requer que o leitor esteja atento aos detalhes e que compreenda as nuances do texto. Para isso, é necessário considerar o contexto da comunicação, o estilo do autor e os elementos subjacentes à mensagem principal. Essa habilidade é essencial para a compreensão crítica, uma vez que muitos autores utilizam a implicitude como uma estratégia retórica para influenciar o leitor ou apresentar uma informação de forma sutil.

Por exemplo, em um texto jornalístico que descreve um político como “seguro de si”, a escolha de palavras pode sugerir uma avaliação positiva de sua postura, mesmo que essa interpretação não esteja explicitamente afirmada. O leitor deve, portanto, inferir o posicionamento do autor em relação ao político com base no uso desse tipo de adjetivo.

► Distinção entre Fato e Opinião

Uma das habilidades mais importantes para o desenvolvimento de uma leitura crítica é a capacidade de distinguir entre fato e opinião. Essa distinção é crucial para avaliar a confiabilidade e a objetividade de um texto, além de ser fundamental para a análise de argumentos e a formação de um julgamento próprio sobre o tema abordado.

▪ **Fatos:** são afirmações que podem ser verificadas e comprovadas por meio de evidências ou dados concretos. Eles descrevem a realidade de maneira objetiva, sem a interferência das crenças ou sentimentos do autor. Um exemplo de fato seria: “O Brasil é o maior país da América do Sul.” Esse tipo de afirmação pode ser checado por meio de dados geográficos e não depende de interpretações pessoais.

AMOSTRA

▪ **Opiniões:** por outro lado, expressam julgamentos, crenças, sentimentos ou interpretações subjetivas do autor. São afirmações que não podem ser comprovadas de maneira objetiva, pois refletem um ponto de vista pessoal. Um exemplo de opinião seria: “O Brasil é o melhor país da América do Sul.” Essa afirmação reflete uma avaliação subjetiva, que pode variar de pessoa para pessoa.

A distinção entre fato e opinião é especialmente importante em textos argumentativos e jornalísticos, onde o autor pode misturar informações factuais com juízos de valor. Muitas vezes, as opiniões são apresentadas de maneira implícita, e cabe ao leitor reconhecer essa subjetividade. É essencial que o leitor desenvolva uma leitura crítica, capaz de identificar quando o autor está se baseando em dados verificáveis e quando está expressando uma interpretação pessoal ou tentando influenciar o leitor por meio de opiniões.

Essa distinção também é importante para a avaliação da imparcialidade de um texto. Um artigo que mistura fatos e opiniões sem distingui-los claramente pode levar o leitor a acreditar que uma opinião é um fato, o que pode comprometer a interpretação correta do texto. Saber separar os dois é uma habilidade fundamental para uma leitura madura e crítica, pois permite ao leitor questionar as afirmações e formar seu próprio julgamento a partir de evidências concretas.

A compreensão interpretativa é um componente essencial da leitura crítica e avançada. Ela exige do leitor não apenas a capacidade de identificar as informações explícitas, mas também de interpretar as intenções do autor, inferir significados implícitos e distinguir entre fatos e opiniões. Compreender o propósito do autor ajuda o leitor a interpretar o texto de maneira contextualizada, captando suas intenções comunicativas.

A habilidade de identificar informações implícitas permite ao leitor ir além da superfície do texto, captando significados escondidos ou sugeridos. Por fim, a capacidade de fazer a distinção entre fato e opinião é crucial para a formação de leitores críticos, capazes de avaliar a veracidade e a objetividade de um texto.

Essas habilidades são fundamentais para a construção de uma leitura ativa e reflexiva, onde o leitor não é apenas um receptor passivo de informações, mas um participante ativo no processo de interpretação e construção de sentido. Ao dominar essas ferramentas, o leitor torna-se capaz de extrair o máximo de significado de um texto, participando de maneira mais consciente e crítica no diálogo com a informação escrita.

TEXTUALIDADE: COESÃO E COERÊNCIA

A coerência e a coesão são essenciais na escrita e na interpretação de textos. Ambos se referem à relação adequada entre os componentes do texto, de modo que são independentes entre si. Isso quer dizer que um texto pode estar coeso, porém incoerente, e vice-versa.

Enquanto a coesão tem foco nas questões gramaticais, ou seja, ligação entre palavras, frases e parágrafos, a coerência diz respeito ao conteúdo, isto é, uma sequência lógica entre as ideias.

► Coesão

A coesão textual ocorre, normalmente, por meio do uso de **conectivos** (preposições, conjunções, advérbios). Ela pode ser obtida a partir da **anáfora** (retoma um componente) e da **catáfora** (antecipa um componente).

Confira, então, as principais regras que garantem a coesão textual:

REGRA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS
REFERÊNCIA	<ul style="list-style-type: none"> – Pessoal (uso de pronomes pessoais ou possessivos) – anafórica – Demonstrativa (uso de pronomes demonstrativos e advérbios) – catafórica – Comparativa (uso de comparações por semelhanças) 	<p>João e Maria são crianças. <i>Eles</i> são irmãos.</p> <p>Fiz todas as tarefas, exceto <u>esta</u>: colonização africana.</p> <p>Mais um ano <u>igual aos</u> outros...</p>
SUBSTITUIÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – Substituição de um termo por outro, para evitar repetição 	<p>Maria está triste. A <u>menina</u> está cansada de ficar em casa.</p>
ELIPSE	<ul style="list-style-type: none"> – Omissão de um termo 	<p>No quarto, apenas quatro ou cinco convidados. (omissão do verbo “haver”)</p>
CONJUNÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> – Conexão entre duas orações, estabelecendo relação entre elas 	<p>Eu queria ir ao cinema, <u>mas</u> estamos de quarentena.</p>
COESÃO LEXICAL	<ul style="list-style-type: none"> – Utilização de sinônimos, hiperônimos, nomes genéricos ou palavras que possuem sentido aproximado e pertencente a um mesmo grupo lexical. 	<p>A minha <u>casa</u> é clara. Os <u>quartos</u>, a <u>sala</u> e a <u>cozinha</u> têm janelas grandes.</p>

MATEMÁTICA

RACIOCÍNIO LÓGICO - QUANTITATIVO (ESTRUTURAS LÓGICAS; LÓGICA DE ARGUMENTAÇÃO. DIAGRAMAS LÓGICOS. SITUAÇÕES-PROBLEMA)

A capacidade de estabelecer e interpretar relações lógicas entre diferentes elementos é uma habilidade essencial para o desenvolvimento do pensamento analítico. Essa competência permite ao indivíduo organizar informações, identificar padrões e criar conexões relevantes, mesmo diante de conceitos abstratos ou situações hipotéticas. Ao dominar esse campo, é possível analisar premissas, avaliar sua consistência e extrair conclusões fundamentadas, promovendo uma compreensão mais profunda e decisões mais acertadas. Essa habilidade é indispensável na resolução de problemas complexos e no enfrentamento de desafios que exigem clareza e raciocínio estruturado.

A seguir, exploraremos os principais conteúdos que ajudam a aprimorar essa competência:

LÓGICA PROPOSICIONAL

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos $\neg, \Rightarrow, \rightarrow, \wedge, \vee$, mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentenças lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro *Discurso do Método* de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de argumento, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença a é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposições:

I – A água é uma molécula polar;

II – A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma.

► Proposições simples e compostas

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior e a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- De duas premissas negativas, nada se conclui;
- De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negativa;
- A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
- De duas premissas particulares, nada se conclui.

AMOSTRA

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um “conectivo”.

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição

- Tem sujeito e predicado;
- É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

- **Princípio da não contradição:** uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.
- **Princípio do terceiro excluído:** toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.
- **Princípio da Identidade:** uma proposição é idêntica a si mesma. Em termos simples: $p \equiv p$

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima

São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	\neg
Disjunção não exclusiva	ou	\vee
Conjunção	e	\wedge
Condicional	Se... então	\rightarrow
Bicondicional	Se e somente se	\leftrightarrow

► Tabelas verdade

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p , cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

- A água é uma substância não polar.
- A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para p e $\neg p$.

p	$\neg p$
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: \wedge (lê-se e) e \vee (lê-se ou).

Conectivo e

Colocando o conectivo \wedge entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \wedge q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : o aminoácido fenilalanina é apolar.
- $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

p	q	$p \wedge q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

Conectivo ou

Colocando o conectivo \vee entre duas proposições p e q , obtém-se uma nova proposição $p \vee q$, denominada disjunção das sentenças.

Exemplos:

- p : substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.
- q : substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.
- $p \vee q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

ASPECTOS HISTÓRICOS, GEOGRÁFICOS E SOCIOCULTURAIS DE BURITICUPU – MA

COMPUTADORES: CONCEITOS BÁSICOS, UTILIZAÇÃO, TIPOS, CONECTORES E COMPONENTES (HARDWARE E SOFTWARE)

Hardware

O hardware é a parte física do computador, composta por todos os componentes e dispositivos que podem ser tocados, como placas, cabos, memórias, dispositivos de entrada e saída, entre outros. Ele é dividido em várias categorias com base em sua função: componentes internos, dispositivos de entrada, dispositivos de saída e dispositivos de armazenamento.

Componentes Internos

- **Placa-mãe (Motherboard):** É o principal componente do computador, responsável por conectar todos os outros dispositivos. Ela contém slots para o processador, memória RAM, discos de armazenamento e placas de expansão.
- **Processador (CPU - Central Processing Unit):** Conhecido como o “cérebro” do computador, o processador executa as instruções dos programas e realiza cálculos. Ele é dividido em:
 - Unidade de Controle (UC): Gerencia a execução das instruções.
 - Unidade Lógica e Aritmética (ULA): Realiza cálculos matemáticos e operações lógicas.
 - **Memória RAM (Random Access Memory):** Uma memória volátil e temporária usada para armazenar dados dos programas em execução. Perde seu conteúdo ao desligar o computador.
 - **Memória ROM (Read Only Memory):** Uma memória não volátil que armazena instruções permanentes, como o BIOS, essencial para inicializar o computador.
 - **Memória Cache:** Uma memória extremamente rápida que armazena dados frequentemente usados pelo processador, acelerando o desempenho.
 - **Placa de Vídeo (GPU - Graphics Processing Unit):** Responsável por processar imagens e vídeos, essencial para gráficos avançados e jogos.
 - **Fonte de Alimentação:** Fornece energia elétrica para todos os componentes do computador.
 - **Placa de Rede:** Permite a conexão do computador a redes locais ou à internet, podendo ser com fio ou sem fio.

Dispositivos de Entrada

- **Teclado:** Permite inserir informações no computador através de teclas.
- **Mouse:** Facilita a interação com interfaces gráficas.
- **Microfone:** Capta áudio para comunicação ou gravação.
- **Scanner:** Converte documentos físicos em arquivos digitais.
- **Webcam:** Captura imagens e vídeos.

Dispositivos de Saída

- **Monitor:** Exibe imagens, vídeos e informações ao usuário.
- **Impressora:** Produz cópias físicas de documentos ou imagens.
- **Caixas de Som/Fones de Ouvido:** Reproduzem áudio.
- **Projetores:** Apresentam imagens ou vídeos em grandes superfícies.

Dispositivos de Entrada e Saída (I/O)

Alguns dispositivos desempenham as duas funções:

- **Pen Drives:** Permitem armazenar dados e transferi-los.
- **Touchscreen:** Combina entrada (toque) e saída (exibição).
- **Impressoras Multifuncionais:** Funcionam como scanner e impressora.

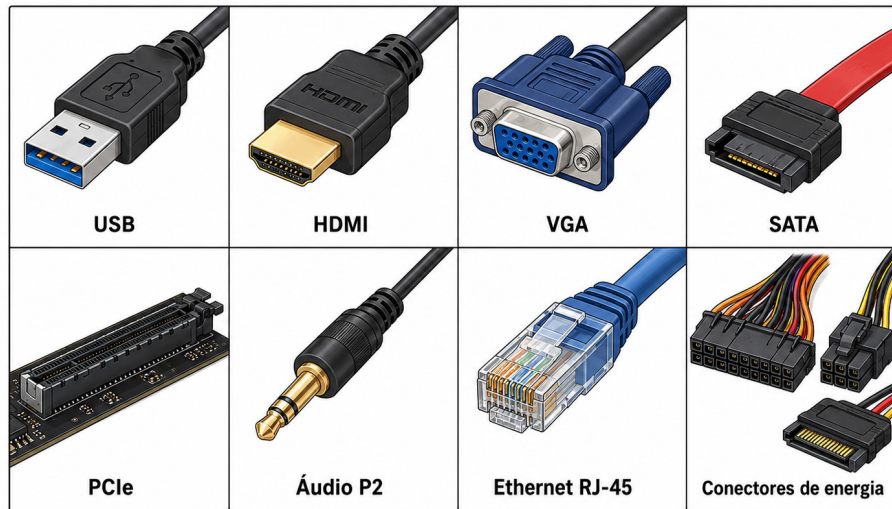
Dispositivos de Armazenamento

- **HD (Hard Disk):** Um disco magnético usado para armazenar grandes quantidades de dados de forma permanente.
- **SSD (Solid State Drive):** Uma unidade de armazenamento mais rápida e resistente que o HD, usada para maior desempenho.
- **Memórias Externas:** Incluem pen drives, cartões de memória e discos rígidos externos.
- **Mídias Ópticas:** CDs, DVDs e Blu-rays, que armazenam dados de forma durável.
- **CD (Compact Disc):** Armazena até 700 MB de dados.
- **DVD (Digital Versatile Disc):** Armazena entre 4,7 GB (camada única) e 8,5 GB (duas camadas).
- **Blu-ray:** Armazena até 25 GB por camada.

► Conexões e conectores

Conexões e conectores são os meios físicos usados para ligar componentes internos e dispositivos externos ao computador. Cada conector possui uma função específica, podendo transmitir dados, energia, áudio ou vídeo.

AMOSTRA



- **USB:** O USB, sigla para Universal Serial Bus, é um dos conectores mais utilizados atualmente. Ele serve para conectar diversos dispositivos, como teclados, mouses, impressoras, pendrives, HDs externos, câmeras, celulares e outros periféricos. Existem diferentes versões e formatos, como USB 2.0, USB 3.0, USB 3.1, USB 3.2 e USB-C. As versões mais recentes costumam oferecer maior velocidade de transferência.
- **HDMI:** O HDMI, sigla para High-Definition Multimedia Interface, é utilizado para transmitir áudio e vídeo em alta definição. Ele é comum em monitores, televisores, projetores, notebooks, consoles e placas de vídeo.
- **VGA:** O VGA, sigla para Video Graphics Array, é um conector analógico usado para transmitir imagem para monitores. Foi muito utilizado em computadores antigos, mas atualmente vem sendo substituído por conexões digitais, como HDMI e DisplayPort.
- **DisplayPort:** O DisplayPort é uma conexão digital usada para transmitir áudio e vídeo com alta qualidade. É bastante comum em computadores, monitores modernos e placas de vídeo, principalmente quando há necessidade de alta resolução ou alta taxa de atualização.
- **SATA:** O SATA, sigla para Serial ATA, é usado para conectar unidades de armazenamento internas, como HDs, SSDs SATA e drives de CD/DVD, à placa-mãe. Além do cabo de dados SATA, esses dispositivos também precisam de um cabo de energia vindo da fonte.
- **PCIe:** O PCIe, sigla para Peripheral Component Interconnect Express, é uma interface interna da placa-mãe usada para conectar componentes como placas de vídeo, placas de som, placas de rede, placas de captura e SSDs NVMe. Ele possui diferentes tamanhos, como x1, x4, x8 e x16. O slot x16 é muito utilizado para placas de vídeo.
- **Áudio P2 ou Jack 3,5 mm:** O conector de áudio P2, também conhecido como jack 3,5 mm, é utilizado para conectar fones de ouvido, microfones, caixas de som e headsets. Alguns conectores transmitem apenas áudio, enquanto outros permitem áudio e microfone no mesmo cabo.
- **Ethernet RJ-45:** O conector Ethernet RJ-45 é usado para conexão de rede cabeada. Ele permite ligar o computador a um roteador, modem ou switch, possibilitando acesso à internet ou a uma rede local. A conexão cabeada costuma ser mais estável que a conexão Wi-Fi.
- **Conectores de energia:** Os conectores de energia vêm da fonte de alimentação e servem para distribuir energia elétrica aos componentes internos do computador.

Software

O software é a parte lógica do computador, composta pelos programas que permitem a execução de tarefas e o funcionamento do hardware. Ele é classificado em software de sistema, software de aplicação e software utilitário.

Software de Sistema

O software de sistema gerencia os recursos do computador e serve como interface entre o hardware e o usuário. O principal exemplo é o sistema operacional (SO). O SO controla todos os dispositivos e fornece uma plataforma para a execução de programas. Exemplos incluem:

- **Windows:** Popular em computadores pessoais e empresariais.
- **Linux:** Sistema operacional de código aberto, amplamente utilizado em servidores e por usuários avançados.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

HOMEPAGE OFICIAL DO MUNICÍPIO; ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MARANHENSES, PUBLICAÇÃO DO INSTITUTO MARANHENSE DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS E CARTOGRÁFICO – IMESC; PROJETO PIONEIRO DE COLONIZAÇÃO DA COMPANHIA MARANHENSE DE COLONIZAÇÃO (COMARCO)

FORMAÇÃO HISTÓRICA E PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE BURITICUPU

► Origens do território e presença indígena

Antes da colonização oficial

Antes de Buriticupu se tornar município, seu território já era conhecido e ocupado por povos indígenas. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Maranhenses, publicação do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, a região foi frequentada por grupos Tupi-Guarani e Guajá, que se deslocaram do litoral para áreas mais centrais do Maranhão após a chegada dos portugueses. Posteriormente, em 1941, indígenas Guajajara foram levados para a região pelo antigo Serviço de Proteção ao Índio, instalando-se nas proximidades do rio Zutuia. Esse dado é importante porque mostra que a história de Buriticupu não começa com o projeto de colonização dos anos 1970, mas com formas anteriores de ocupação, circulação e uso do território por populações originárias.

► O projeto de colonização e a formação do povoado

A ação da COMARCO e a chegada dos colonos

O processo moderno de ocupação de Buriticupu está diretamente ligado à expansão da fronteira agrícola no Maranhão. Na década de 1970, o governo estadual criou a Companhia Maranhense de Colonização, conhecida como COMARCO, com o objetivo de organizar a ocupação de terras devolutas e assentar trabalhadores rurais. O projeto recebeu o nome de “Programa Pioneiro de Colonização de Buriticupu”, inspirado no rio Buriticupu, assim denominado pela presença de palmeiras de buriti e árvores de cupuaçu na região. A partir de 1973, chegaram os primeiros colonos, vindos principalmente de Imperatriz, Açailândia, São Luís e Santa Luzia. A ocupação inicial teve forte caráter agrícola, com abertura de áreas, construção de moradias e organização de lotes para famílias trabalhadoras.

► Conflitos, crescimento e emancipação política

Da fronteira agrícola ao município

O crescimento de Buriticupu ocorreu em meio a tensões sociais. A abundância de recursos florestais e a valorização das terras atraíram trabalhadores rurais, madeireiros, fazendeiros e especuladores. Esse cenário gerou conflitos entre indígenas, agricultores familiares e grandes proprietários, marcando a formação social e política local. Mesmo diante de dificuldades como escassez de água, energia, segurança, saúde e educação, o povoado cresceu pela agricultura, pela madeira e pelo comércio. Esse desenvolvimento fortaleceu o movimento pela emancipação. Buriticupu foi elevado à condição de município pela Lei Estadual nº 6.162, de 10 de novembro de 1994, desmembrando-se de Santa Luzia, e sua instalação ocorreu em 1º de janeiro de 1997.

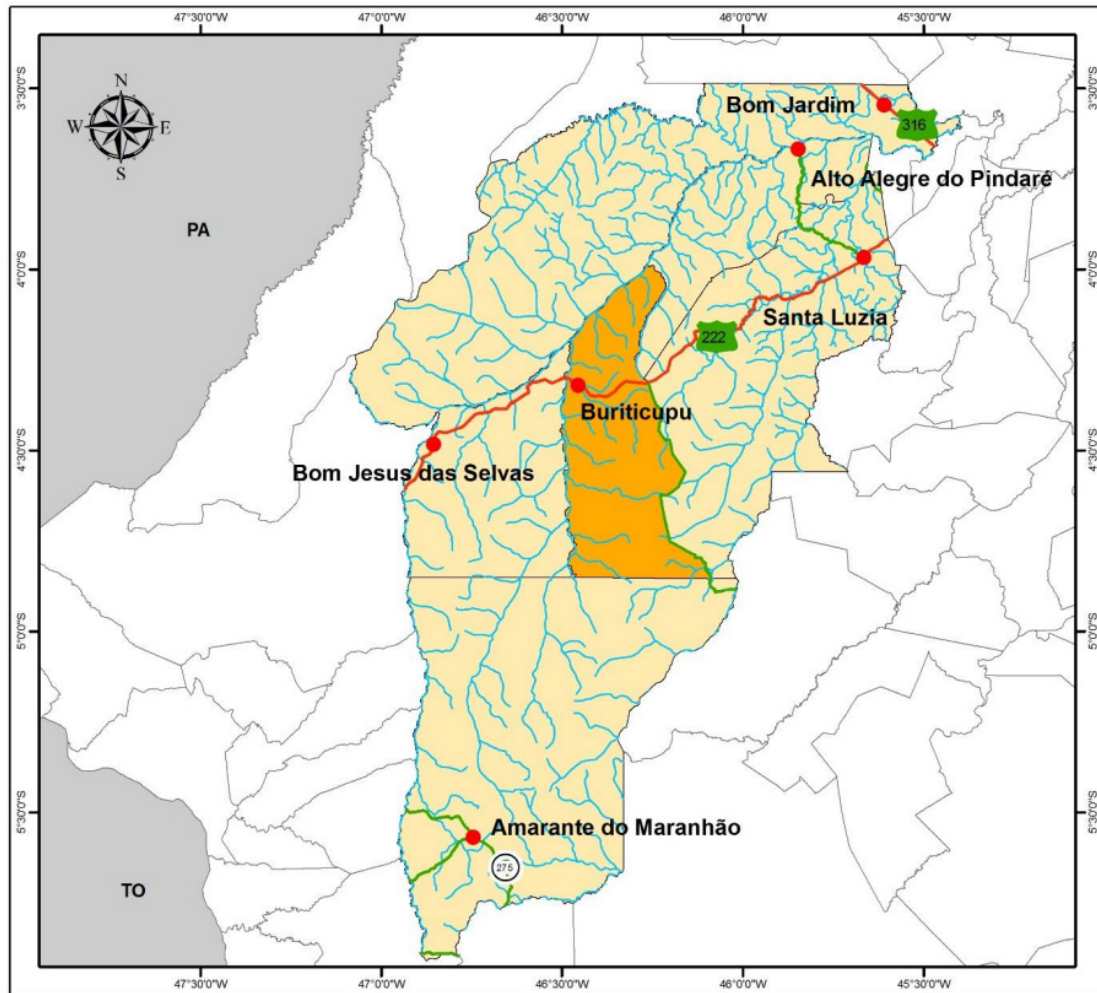
ASPECTOS GEOGRÁFICOS, TERRITORIAIS E AMBIENTAIS DE BURITICUPU

► Localização e inserção regional

Posição do município no território maranhense

Buriticupu localiza-se no estado do Maranhão e integra, segundo o IBGE, a Região Geográfica Intermediária de Imperatriz e a Região Geográfica Imediata de Açailândia. Na regionalização do Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC, o município está inserido na Região de Desenvolvimento da Amazônia Maranhense, o que revela sua ligação com uma área de forte influência amazônica, tanto do ponto de vista ambiental quanto histórico e econômico. Buriticupu limita-se com Bom Jardim ao norte, Bom Jesus das Selvas a oeste, Amarante do Maranhão ao sul, e Alto Alegre do Maranhão e Santa Luzia a leste. Essa posição geográfica é estratégica porque o município se encontra em um eixo de circulação importante, especialmente pela presença da BR-222, rodovia que contribuiu para a expansão urbana, para o comércio e para a integração regional.

AMOSTRA



Localização de Buriticupu¹

► Território, população e organização espacial

Dimensão territorial e distribuição da ocupação

De acordo com o IBGE, Buriticupu possui uma área territorial superior a 2,5 mil km² e uma população de mais de 55 mil habitantes no Censo Demográfico de 2022. Essa combinação de território extenso e população distribuída entre sede urbana e numerosas localidades rurais ajuda a explicar a complexidade da administração municipal. A cidade se desenvolveu sobre uma chapada, com crescimento urbano orientado principalmente pela BR-222. A rodovia divide a malha urbana e funciona como eixo de circulação, comércio e serviços. Já o espaço rural é formado por muitos povoados, vilas, centros e localidades, demonstrando que Buriticupu mantém forte vínculo com atividades agropecuárias, extrativas e de ocupação territorial dispersa.

► Ambiente físico e recursos naturais

Relevo, solos, rios, vegetação e clima

O município está inserido em área de relevo marcado por planaltos, chapadas, colinas dissecadas, vales encaixados e escarpas. Segundo a Enciclopédia dos Municípios Maranhenses, Buriticupu faz parte da bacia hidrográfica do rio Pindaré, sendo cortado por rios e cursos d'água como o próprio rio Buriticupu, o rio Dente de Porco e o córrego Açaizal. A vegetação original está associada à Floresta Amazônica, com formações ombrófilas e presença de espécies como buriti, açaí, buritirana, seringueira e andiroba. O clima é tropical quente e úmido, com temperaturas médias elevadas, chuvas concentradas em parte do ano e deficiência hídrica moderada entre junho e setembro.

¹ <https://imesc.ma.gov.br/enciclopedia-dos-municipios-maranhenses-v-6-regiao-de-desenvolvimento-da-amazonia-maranhense/>

PARADIGMAS EDUCACIONAIS/TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS

► Introdução

O momento político e cultural em que a sociedade se encontra, influencia diretamente nas tendências pedagógicas em face a atuação dos movimentos sociais e filosóficos. Nesse contexto, podemos dividi-las em duas linhas: Liberais e Progressistas.

As tendências pedagógicas liberais são aquelas que defendem que os indivíduos precisam se adaptar aos valores e às normas da sociedade, sendo a escola responsável por preparar o aluno para desempenhar papéis sociais. São tendências liberais a Pedagogia Tradicional, a Pedagogia Renovadora Progressista, a Renovadora Não Diretiva (Nova Escola) e a Tecnicista.

As tendências pedagógicas progressistas refletem criticamente a cerca das realidades sociais, sendo a educação responsável por possibilitar a compreensão dessas realidades, explicando o papel do sujeito na construção da sua realidade. Dentro do espectro progressista, consideramos as tendências libertadora, libertária e crítico-social dos conteúdos.

► Pedagogia Tradicional

A pedagogia tradicional objetiva a transmissão dos padrões, normas e modelos dominantes. Os conteúdos escolares não levam em conta a realidade social dos alunos, assim como a capacidade cognitiva dos mesmos, sendo tratados como verdades absolutas, concentradas na figura do professor que é o detentor do conhecimento. A metodologia utilizada baseia-se na memorização, tornando a aprendizagem mecânica e passiva.

► Pedagogia Nova

A pedagogia nova é dividida em pedagogia renovada e renovada não diretiva, também chamada de nova escola.

A pedagogia renovada leva o aluno a aprender e construir conhecimento, de acordo com as fases do seu desenvolvimento. A metodologia adotada baseia-se em experimentos e pesquisas. O professor passa a trabalhar como mediador do processo de aprendizagem, propondo desafios como forma de estimular o desenvolvimento do aluno.

Já na pedagogia renovada não diretiva, o desenvolvimento da personalidade do aluno, o autoconhecimento e a realização pessoal ganham importância e os conteúdos passam a ter significação pessoal, com o objetivo de criar maior motivação e a relação professor-aluno é marcada pelo estabelecimento da afetividade.

► Pedagogia Tecnicista

A pedagogia tecnicista prioriza a formação profissionalizante, moldando o aluno ao modelo social vigente. Os conteúdos são apresentados de forma objetiva, sendo a transmissão deles de responsabilidade do professor, enquanto o aluno participa como mero receptor da informação.

► Teorias Crítico-Reprodutivistas

As Teorias Crítico-Reprodutivistas destacam o papel reprodutivista da educação na escola que tem como função reproduzir as condições vigentes na sociedade, sem buscar mudanças.

As três principais correntes dessa linha de pensamento são:

▪ **Teoria do Sistema de Ensino como Violência Simbólica:** aponta como papel da escola contribuir para a sociedade dividida em classes (burguesia e proletariado), reforçando a medição de forças entre elas. A material que se relaciona a divisão entre ricos e pobres e a cultural, onde os valores da classe dominante são impostos a todos na escola.

▪ **Teoria da Escola como Aparelho Ideológico de Estado (AIE):** aponta a escola como instrumento de reprodução do sistema capitalista, pois agrupa todas as crianças de todas as classes sociais impondo a elas o aprendizado da ideologia dominante.

▪ **Teoria da Escola Dualista:** defende que existem apenas duas escolas, aquela que forma a força de trabalho, ou seja, o proletariado e a que forma os filhos da burguesia, atuando desse modo, para o fortalecimento da divisão de classes e do regime capitalista.

► Neoprodutivismo

O Neoprodutivismo é uma corrente de pensamento que atribui ao indivíduo a responsabilidade na busca pela formação no sistema educacional, de modo que adquira empregabilidade, em um contexto liberal onde não há empregos suficientes para todos e, aqueles que não alcançam o sucesso são responsabilizados pelo próprio fracasso, o que se convencionou chamar de "pedagogia da exclusão".

► Neoescolanovismo

O Neoescolanovismo transforma a escola para que ela atenda as necessidades de mercado, tornando-a uma empresa no lugar de outrora, instituição social. Com isso, cursos passam a ser criados em razão de tendências mercadológicas.

► Neotecnicismo

O tecnicismo privilegia a formação profissional, não se preocupando com a construção do indivíduo enquanto cidadão crítico e atuante na sociedade. Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC), nossa sociedade transformou-se, necessitando de profissionais que dominem esses

AMOSTRA

recursos. Por isso, surge o neotecnicismo que enfatiza o uso de ferramentas tecnológicas na formação profissional oferecida nas escolas.

► **Teoria do Professor Reflexivo**

A teoria do professor reflexivo trata do professor que pensa em sua prática docente, buscando o aprimoramento contínuo, a fim de obter maior eficiência e melhores resultados. Assim, pensa e testa novas metodologias, exercitando três aspectos básicos:

- **A reflexão na ação** se dá quando o professor reflete sobre as questões do cotidiano ao mesmo tempo em que está vivenciando esta situação.
- **A reflexão sobre a ação** acontece após a situação vivenciada.
- **A reflexão sobre a reflexão na ação** procura compreender e interpretar a ação, buscando alternativas.

► **Pedagogia de Projetos**

A pedagogia de projetos trabalha com projetos de pesquisa de caráter **interdisciplinar**, através dos quais os alunos desempenham seu **protagonismo**, dentro do processo de ensino-aprendizagem, sob orientação e supervisão dos professores.

Entre as características principais deste tipo de pedagogia estão a **intencionalidade**, a **flexibilidade** e a **multidisciplinaridade**.

O projeto a ser desenvolvido deve estar alinhado aos objetivos que o professor pretende atingir com a turma (**intencionalidade**) e ao mesmo tempo, precisa relacionar-se aos interesses da mesma, a fim de que gere engajamento. Ainda assim, é importante ter em mente que alunos e turmas irão relacionar-se de formas diferentes com um mesmo projeto (**flexibilidade**). A busca por respostas e a solução para problemas que eventualmente surjam, devem-se apoiar na **multidisciplinaridade** para que a experiência e a aprendizagem sejam, de fato, enriquecedoras.

► **Pedagogia Multiculturalista**

A pedagogia multiculturalista contempla a equidade social e a promoção da diversidade frente a convivência de indivíduos pertencentes a grupos de diferentes culturas e etnias. Entretanto, a escola ao abordar conteúdos cujo enfoque é a interpretação dos contextos a partir da visão da classe dominante (branca e de origem europeia), ignorando a cultura africana, indígena e outras que fazem parte da sociedade multicultural brasileira, ela não exerce a pedagogia multiculturalista.

Para que a escola contemple, de fato, um contexto multicultural, são necessárias mudanças na matriz curricular, bem como na abordagem dos conteúdos, a fim de que sejam mais abrangentes quanto aos aspectos históricos e culturais de outras culturas presentes dentro da escola e da sociedade, de forma que aquilo que se ensina tenha mais significado para o aluno, dentro de seu contexto social, cultural e étnico. Vale lembrar que o multiculturalismo vai além de atitudes tolerantes em relação às diferenças porque promove a igualdade de existência e de direitos dentro de um mesmo espaço, deixando de existir uma cultura dominante em um lugar igualmente compartilhado.

► **Pedagogia Construtivista**

A pedagogia construtivista considera que a aprendizagem se dá por meio da construção do conhecimento, devendo portanto, criar métodos que estimulem essa construção, ensinando “aprender a aprender”.

No processo construtivista, o professor atua como mediador do conhecimento prévio dos alunos, direcionando a partir destes, a busca por novos conhecimentos, construídos através de situações e atividades interativas.

► **Pedagogia das Competências**

De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), “competência é definida como a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” Através do trabalho com as competências busca-se uma educação que estimule ações que contribuam para a transformação da sociedade, “tornando-a mais humana, socialmente justa e, também, voltada para a preservação da natureza”. (BNCC)

Assim, o objetivo da Pedagogia das Competências é dotar os indivíduos de comportamentos flexíveis que lhes permitam ajustar-se às condições de uma sociedade em que as próprias necessidades de sobrevivência não estão garantidas.

Em relação às competências, a BNCC divide-as em dois grupos:

- **Competências gerais** que os alunos devem desenvolver ao longo de todas as etapas da Educação Básica, tais como: conhecimentos, pensamento científico, crítico e criativo, diversidade cultural, comunicação, cultura digital, trabalho e projeto de vida, argumentação, autoconhecimento, cooperação, empatia, responsabilidade para consigo e com o outro e cidadania;
- **Competências específicas** de cada área do conhecimento e dos componentes curriculares.

► **Conclusão**

A polarização entre o pensamento liberal e o progressista que vivemos há alguns anos na sociedade brasileira, como já dito, reflete-se nas tendências pedagógicas desenvolvidas no país, uma vez que escola e sociedade interagem ativamente na manutenção e transformação das relações sociais.

Enquanto o pensamento liberal retira a interferência do estado, deixando a formação por conta do estudante, sendo responsabilidade dele a busca pela empregabilidade em uma sociedade cada vez mais competitiva e com menos oferta de emprego, o pensamento progressista acredita na formação de um indivíduo crítico e atuante, capaz de transformar a sociedade, tornando-a mais justa e inclusiva.

Pensando em termos de Brasil, nossa sociedade não está pronta para incorporar o pensamento liberal, levando-se em conta o fato de que possuímos uma enorme massa de analfabetos, de trabalhadores sem formação específica, cuja tecnologia e a industrialização asiática suprimiu seus empregos, além da gravíssima desigualdade social que nos assola. Não podemos esquecer

A ESCOLA, O CURRÍCULO E A DIVERSIDADE

A ESCOLA COMO ESPAÇO SOCIAL, CULTURAL E DEMOCRÁTICO

A escola é um espaço de encontro entre sujeitos diferentes. Nela convivem crianças, adolescentes, jovens e adultos com variadas experiências sociais, culturais, religiosas, econômicas e familiares. Essa convivência pode gerar aprendizagem, solidariedade, diálogo e ampliação de mundo, mas também pode revelar conflitos, preconceitos, exclusões e desigualdades. Por isso, a função da escola não se limita a ensinar conteúdos acadêmicos. Ela também deve formar para a convivência democrática, para o respeito aos direitos humanos e para a participação social.

É importante compreender que a escola não apenas recebe a diversidade existente na sociedade; ela também produz formas de lidar com essa diversidade. Uma instituição escolar pode acolher, escutar, incluir e valorizar seus estudantes, mas também pode excluir, silenciar, rotular e discriminar. Isso ocorre nas práticas pedagógicas, nas formas de avaliação, na organização dos tempos e espaços, nas regras disciplinares, nas expectativas dos professores, nos materiais didáticos e nas relações cotidianas.

Por exemplo, quando uma escola considera que todos os estudantes aprendem da mesma forma e no mesmo ritmo, ela tende a responsabilizar individualmente aqueles que apresentam dificuldades. Nesse caso, a diferença é vista como deficiência, atraso ou falta de esforço. Em uma perspectiva inclusiva, porém, a escola compreende que os alunos têm trajetórias distintas e que cabe à prática pedagógica criar diferentes estratégias para garantir o direito de aprender. Isso não significa diminuir a exigência intelectual, mas diversificar caminhos, mediações, recursos e formas de participação.

A escola democrática deve reconhecer a diversidade sem transformar as diferenças em desigualdades. Diferença não é sinônimo de inferioridade. Um estudante indígena, quilombola, migrante, com deficiência, morador da zona rural, pertencente a determinada religião ou integrante de uma família não tradicional não pode ser visto como alguém que precisa abandonar sua identidade para se adaptar à escola. Ao contrário, a escola deve construir condições para que todos se sintam pertencentes ao espaço educativo.

Nesse ponto, a gestão escolar tem papel fundamental. Uma escola comprometida com a diversidade precisa promover diálogo com a comunidade, formação continuada dos profissionais, revisão de práticas discriminatórias, construção coletiva do projeto político-pedagógico e acompanhamento das aprendizagens. A diversidade não pode depender apenas da boa vontade individual de um professor. Ela deve fazer parte da cultura institucional da escola.

O CURRÍCULO COMO CONSTRUÇÃO CULTURAL E POLÍTICA

O currículo é uma construção histórica, cultural e política. Isso significa que ele não é natural, fixo ou neutro. Os conteúdos ensinados na escola foram selecionados a partir de determinados critérios e interesses. Ao decidir o que entra ou não entra no currículo, a sociedade define quais conhecimentos serão transmitidos às novas gerações. Por isso, o currículo sempre envolve escolhas.

Tradicionalmente, muitos currículos escolares valorizaram uma visão única de cultura, frequentemente centrada em referências europeias, urbanas, masculinas, brancas e de grupos socialmente dominantes. Essa seleção curricular contribuiu para invisibilizar a história e a contribuição de povos indígenas, populações negras, mulheres, trabalhadores, comunidades rurais, pessoas com deficiência e outros grupos historicamente marginalizados. Quando o currículo apresenta apenas uma versão da história e da cultura, ele limita a compreensão dos estudantes sobre a complexidade da sociedade.

Uma perspectiva crítica de currículo busca questionar essas escolhas. Ela pergunta: quais conhecimentos estão sendo ensinados? Quem escolheu esses conhecimentos? Quais grupos estão representados? Quais grupos foram silenciados? Que tipo de sujeito a escola pretende formar? Essas perguntas são essenciais porque o currículo participa da formação da identidade dos estudantes. Quando um aluno nunca vê sua cultura, sua história ou seu grupo social representado de forma positiva na escola, pode desenvolver sentimento de inferioridade, apagamento ou não pertencimento.

Além do currículo formal, que aparece nos documentos oficiais, planos de ensino e propostas pedagógicas, existe também o chamado currículo oculto. O currículo oculto é composto por valores, normas, expectativas e mensagens transmitidas pela escola de maneira indireta. Ele aparece, por exemplo, quando meninos são mais incentivados às ciências exatas e meninas às atividades de cuidado; quando estudantes pobres são tratados como menos capazes; quando determinados sotaques são ridicularizados; quando religiões de matriz africana são associadas a preconceitos; ou quando alunos com deficiência são excluídos das atividades coletivas.

Portanto, discutir currículo e diversidade exige olhar não apenas para os conteúdos escritos, mas também para as práticas reais da escola. Um currículo inclusivo não se resume a mencionar a diversidade em documentos. Ele precisa aparecer nas aulas, nos materiais, nas avaliações, nos projetos, nas relações e na organização da vida escolar.

AMOSTRA

DIVERSIDADE, INCLUSÃO E DIREITO À APRENDIZAGEM

A diversidade na escola deve ser compreendida a partir do princípio do direito à educação. Todos os estudantes têm direito de acessar, permanecer, participar e aprender. Esse direito não se realiza apenas com a matrícula. Uma escola pode matricular estudantes diversos e, ainda assim, mantê-los excluídos do processo educativo. A inclusão verdadeira exige participação efetiva, aprendizagem significativa e reconhecimento da dignidade de cada sujeito.

Nesse sentido, inclusão não significa tratar todos de maneira idêntica. Muitas vezes, garantir igualdade exige oferecer apoios diferentes, estratégias diferenciadas e condições específicas. Um estudante com deficiência pode precisar de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, adaptações razoáveis ou atendimento educacional especializado. Um estudante recém-chegado de outro país pode precisar de apoio linguístico e acolhimento cultural. Um aluno em situação de vulnerabilidade social pode precisar de acompanhamento mais próximo para garantir frequência e permanência. Essas medidas não são privilégios, mas formas de assegurar equidade.

A equidade é um conceito muito importante para concursos. Igualdade significa reconhecer que todos têm os mesmos direitos. Equidade significa considerar as diferentes condições de partida para garantir que esses direitos se realizem concretamente. No ambiente escolar, isso implica compreender que alguns estudantes precisam de mediações específicas para alcançar os objetivos de aprendizagem.

A diversidade também deve ser tratada como riqueza pedagógica. Alunos com diferentes histórias, culturas e formas de ver o mundo podem ampliar o repertório coletivo da turma. Quando o professor valoriza essas experiências, a sala de aula se torna espaço de diálogo e construção compartilhada de conhecimento. Por exemplo, ao trabalhar alimentação, moradia, brincadeiras, festas populares, modos de falar, histórias familiares ou manifestações culturais, o professor pode permitir que os estudantes relacionem o conhecimento escolar às suas vivências concretas.

No entanto, valorizar a diversidade não significa aceitar qualquer prática em nome da cultura. A escola deve respeitar as diferenças, mas também deve combater violações de direitos, preconceitos, violências e discriminações. O respeito à diversidade precisa estar articulado aos direitos humanos. Assim, práticas racistas, machistas, capacitistas, homofóbicas, xenofóbicas ou intolerantes não podem ser relativizadas. A escola deve promover o diálogo, mas também precisa ter posicionamento ético em defesa da dignidade humana.

PRÁTICA PEDAGÓGICA E VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

A prática pedagógica voltada à diversidade exige planejamento intencional. Não basta afirmar que a escola respeita todos os estudantes. É necessário transformar essa afirmação em ações concretas. O professor precisa conhecer sua turma, observar as formas de participação dos alunos, identificar barreiras à aprendizagem, diversificar metodologias e selecionar materiais que representem diferentes grupos sociais de maneira respeitosa.

Um primeiro cuidado está na escolha dos conteúdos e exemplos utilizados em sala de aula. Ao trabalhar literatura, história, geografia, ciências, artes ou língua portuguesa, o professor pode ampliar as referências culturais apresentadas aos estudantes. Isso significa incluir autores negros, indígenas, mulheres, produções

regionais, saberes populares, experiências comunitárias e diferentes formas de conhecimento. Essa ampliação não diminui a qualidade do ensino; ao contrário, torna o currículo mais rico, plural e conectado à realidade brasileira.

Outro aspecto importante é a linguagem. A forma como o professor se comunica pode acolher ou excluir. Expressões preconceituosas, piadas discriminatórias, apelidos ofensivos e comentários que inferiorizam determinados grupos precisam ser evitados e problematizados. O professor deve construir uma cultura de respeito, na qual os estudantes aprendam a discordar sem agredir, a conviver com diferenças e a reconhecer o valor do outro.

A avaliação também precisa ser pensada à luz da diversidade. Uma avaliação padronizada, centrada apenas em provas tradicionais, pode não revelar todas as aprendizagens dos estudantes. Avaliar de forma inclusiva significa utilizar diferentes instrumentos, observar processos, considerar avanços individuais, oferecer devolutivas e permitir que os alunos expressem conhecimentos por diferentes linguagens. Isso não significa abandonar critérios, mas tornar a avaliação mais justa, formativa e coerente com os objetivos pedagógicos.

Além disso, projetos escolares sobre diversidade não devem ficar restritos a datas comemorativas. Trabalhar a cultura afro-brasileira apenas no mês de novembro, os povos indígenas apenas em abril ou a inclusão apenas em datas específicas pode gerar uma abordagem superficial. A diversidade deve atravessar o currículo ao longo do ano, em diferentes componentes curriculares e práticas escolares.

A CONSTRUÇÃO DAS IDEIAS E PRÁTICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

A concepção de infância é uma construção histórica. Isso significa que a forma como a sociedade compreende a criança muda de acordo com o tempo, a cultura, a organização familiar, as condições econômicas e as teorias educacionais predominantes. Em períodos anteriores, a criança era frequentemente vista como um adulto em miniatura, alguém que deveria ser rapidamente disciplinado para ingressar no mundo adulto. A infância não era percebida como uma etapa própria, com necessidades, linguagens e formas específicas de relação com o mundo.

Com o desenvolvimento das ciências humanas, da psicologia, da pedagogia e das políticas públicas, essa visão começou a se modificar. A criança passou a ser compreendida como um sujeito em desenvolvimento, com características próprias e com direito a proteção, afeto, cuidado, educação e participação. Essa mudança foi decisiva para a Educação Infantil, pois permitiu questionar práticas baseadas apenas na obediência, na repetição, na vigilância e no controle.

No Brasil, o atendimento à criança pequena nasceu muito ligado às necessidades sociais das famílias trabalhadoras. As creches tinham caráter predominantemente assistencial, voltadas à guarda e proteção das crianças enquanto as mães trabalhavam. Nessa lógica, a preocupação principal era alimentar, higienizar e manter a criança segura. Embora essas ações fossem



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

